

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PONTA PORÃ-MS, NO ANO DE 2017

Ádria Cristina Eubank Oliveira de Almeida

adriacristinalmeida@gmail.com

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Orlando Moreira Junior

orlandomoreirrajr@uems.br

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Resumo

O principal objetivo deste artigo é analisar a temática formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental I do 1º ao 5º ano ofertada(s) pela rede municipal de ensino nas cidades Fronteiriças de Ponta Porã-MS (BR) e Pedro Juan - Caballero Paraguai, no ano de 2017. Trata-se de um tema essencial na/para a práxis docente, para cumprir com as exigências desafiadoras do nosso século. É isso que está se propondo neste projeto. A metodologia consiste principalmente numa revisão bibliográfica e em entrevistas com professores da rede para analisar a formação continuada. Como resultado foram identificadas as principais dificuldades enfrentadas em sala de aula, os pontos positivos dos cursos realizados e as necessidades para melhoria das dificuldades.

Palavras chaves: Formação Continuada; Educação; Ensino Fundamental I;

Introdução

O presente artigo está voltado para a formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental I, ofertada pela rede municipal de ensino na cidade de Ponta Porã-MS, no ano de 2017. O contexto educacional estudado localiza-se em faixa de fronteira seca, formada por cidades-gêmeas (Ponta Porã-MS, no Brasil e Pedro Juan Caballero, no Paraguai) que propicia uma interação entre os habitantes, nas áreas de lazer, cultura, culinária, saúde, comércio, financeiro, familiar e educacional. Sendo este último o objeto desse artigo.

Importante destacar o contexto no qual Ponta Porã está localizada pelo fato de que a fronteira traz diversas particularidades para a educação. Nesse contexto educacional das escolas públicas fronteiriças, pais paraguaios matriculam seus filhos, com documentação brasileira, obtida por diferentes formas, diversificando o espaço escolar e as salas de aulas, propiciando desafios para os profissionais da educação.

O desenvolvimento deste artigo funciona como um protótipo do projeto de pesquisa do curso de Mestrado Profissional, que tem por objetivo analisar como se concretiza os cursos de formação continuada em serviço de professores do Ensino Fundamental I, no município de Ponta Porã, considerando as especificidades locais e as principais questões existentes no ambiente escolar.

Assim, metodologicamente, o trabalho consta de uma revisão bibliográfica, bem como entrevistas realizadas com onze professores do município de Ponta Porã. O intuito delas foi verificar o olhar dos professores em relação aos cursos de formação continuada ofertadas em 2017.

Os resultados serão apresentados em três partes. A primeira parte trata-se de uma revisão bibliográfica e a importância da formação continuada em serviço como uma possibilidade para promoção de novas ideias, concepções, significados da prática do professor em sala aula. A segunda parte, trata da Formação Continuada de professores alfabetizadores das escolas públicas de Ponta Porã-MS, no ano de 2017, no qual é realizado levantamento dos cursos de formação continuada oferecidos pela secretaria municipal de educação. A terceira e última parte apresenta possíveis propostas de abordagem dos cursos de formação continuada, visando buscar caminhos e estratégias no intuito de atender as necessidades advindas das especificidades locais.

Formação continuada e novas possibilidades de sentidos e significados a prática docente

Os estudos realizados sobre formação continuada, especialmente em serviço apresentam as dificuldades de mudança nas concepções e práticas educacionais dos profissionais no trabalho docente. Para tanto, é sempre importante retratar o contexto escolar para desvendar a necessidade do público-alvo em receber uma educação de qualidade, por meio de professores habilitados e atualizados. Alvarado-Prada (2010), afirma que a análise do espaço escolar como espaço formador é importante, pois é o ambiente onde acontecem os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano, no exercício e trajetória profissional.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), no art. 206, inciso III, dos níveis básico e superior, por meio de regime de cooperação e colaboração reforçados no artigo art. 211, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, no tocante a oferta da educação, assegurando a universalização do ensino obrigatório e fortalecendo as fortes assimetrias regionais, estaduais e municipais

contemplando aporte financeiros para potencializar a formação continuada e formação dos professores com olhar específico.

É relevante discutir a qualidade formativa dos professores alfabetizadores, levando em conta que o papel do professor é historicamente centralizado no processo de ensino-aprendizagem, constituído de figura imprescindível e insubstituível, de condições necessárias para sua atuação e desenvolvimento em sala de aula, seu envolvimento com a instituição, com a proposta educacional são essenciais.

Conforme Gatti (2016), a formação continuada é importante para discussão da qualidade educacional de um país. Para a autora (Op. cit.) é indispensável o professor ter uma formação capaz de aliar o conhecimento, o conteúdo à didática e propiciar condições de aprendizagem em segmentos diferenciados.

O conceito de qualidade na educação está fortemente relacionado à qualidade da formação dos professores, resultado dos conhecimentos adquiridos da graduação ou, em cursos de educação continuada. Levantando a discussão sobre a qualidade dos cursos superiores onde apresentam possíveis lacunas, sobre o currículo institucionalizado, e sobre os docentes do ensino superior.

A apreensão de conhecimento é um dos determinantes de desigualdades sociais podendo obter vantagens ou facilidades, acessos a bens sociais valorizados, que são relevantes socialmente. A educação – enquanto pensamento, ato e trabalho – está imersa na cultura, em estilos de vida, e não se acha apenas vinculada às ciências (GATTI, p. 2016. p.163).

As condições do desafio da sociedade capitalista exigem mudanças do profissional da educação que impõe a necessidade de conhecimento e domínio emergentes, fatores que justifica a necessidade de implantação de formação continuada de professores que sejam capazes de dominar estes conhecimentos.

Gatti (Op. cit.) ressalta que dessa mudança na sociedade industrial para sociedade da informação, emerge o questionamento sobre o currículo escolar atual na formação de professores. Nesse panorama, que alternativas formativas para o professor alfabetizador as políticas públicas poderiam adotar? Com a multiplicação das áreas do saber, formas de conhecimentos na área das ciências e artes, automaticamente repercutem no campo educacional, tornando obsoleto, tanto na educação básica ou superior, deixando um desafio quanto ao que fazer com os currículos escolares e formação de professores. Qual seria a mudança capaz de suprir tais lacunas existentes?

Segundo Gatti (Op. cit.) os currículos têm boa sustentação no discurso científico clássico. Todavia, especificamente no contexto fronteiriço, no discurso prático os currículos não condizem com a diversidade existentes na sala de aula. A autora (Op. cit) afirma que alguns países já estão mobilizando, ou revendo suas posturas, estruturas, processos de formação para responder esses problemas político e social das estruturas formativas de professores e seus conteúdos didáticos.

As políticas públicas educacionais do Brasil não acompanham o desenvolvimento tecnológico, informacional e intelectual da humanidade, caminha em passos curtos onde a legislação está posta, entretanto não temos garantias efetivas na implementação por parte do poder público, dependendo de vontade política.

Na última década, vem sendo desenvolvido programas de formação continuada de professores em parceria do MEC com os estados e municípios. O grande desafio para as políticas governamentais, constituem-se nas práticas formativas das instituições de formação, com ausência de inovações, avanços e contextualização que permitam, ao formando da licenciatura, preparo para enfrentar a carreira docente com uma base consistente de conhecimentos, disciplinares e contextos sócio educacionais, práticas e técnicas

Alvarado-Prada (2010), ressalta a importância da contextualização da formação continuada evidenciando o contexto em que a escola está inserida. As ações de formação continuada não têm gerado transformações relevantes, tanto institucional quanto do ponto de vista social, distanciando o professor e sua formação do exercício crítico da/na profissão. O autor (Op. cit.) ressalta ainda a necessidade de uma formação continuada que instigue e traga o professor para o contexto crítico do seu exercício profissional.

De acordo com o autor (Op. cit.), a formação continuada de professores passa a ser vista como uma ferramenta que auxilia os educadores no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos na busca de novos conhecimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento profissional e a transformação de suas práticas pedagógicas. Complementa o autor (Op. cit.) que a escola, como instituição educacional e como espaço de formação continuada dos professores, precisa proporcionar recursos e tempo para que os educadores possam compreender sua própria realidade institucional, analisá-la e, conseqüentemente, transformá-la.

(...) as ações de formação de professores veem sendo distinguidas em dois momentos ou dimensões – inicial e continuada – que, por princípio, deveriam ser complementares, caracterizando-se como diferentes momentos de um mesmo processo de formação, que se compreende como inacabado, e por isto, contínuo e permanente. (BRIDI, 2011, p.189)

A autora discute as mudanças necessárias para atuação do profissional que atende a educação especial e como a formação continuada que ora tem sido ofertada na maioria na modalidade à distância necessita de avaliação e pesquisa, considerando a importância da formação dos professores que atuam no Atendimento Especializado (AEE).

Pretto e Riccio (2010, p. 155), elucida a crescente oferta de cursos à distância no país como estratégia de oferta para suprir a necessidade emergente de formação inicial de professores e de necessidade de formação continuada.

“O que queremos aqui destacar é a necessidade de compreendermos a formação continuada (ou educação continuada, como prefere Marin) de professores como sendo inerente à própria atividade educativa. Atividade essa que assume proporções significativas em função da cada vez mais generalizada presença das tecnologias digitais de informação e comunicação (TIC) em toda a sociedade, mesmo considerando que elas estão acessíveis de forma diferenciada para as diversas classes sociais”. (PRETTO e RICCIO, 2010, p. 155)

Fica evidente que o Brasil adotou o ensino a distância como principal estratégia para a ampliação da oferta, tanto na rede privada como na pública.

“No ano de 2002 o país contava com 25 IES que ofertavam curso de graduação na modalidade EAD; em 2007, este número passou para 97 instituições, representando um incremento de 288,0% no período” (CASTRO; NETO, 2009, p. 100-101). O que mais se destaca é o crescimento de cursos para a formação de professores. “A área de educação (pedagogia, normal superior e demais licenciaturas) nos anos 2000 e 2001 concentrava todas as matrículas da EAD, situação que permaneceu hegemônica até 2006, quando foram efetuadas 72,3% das matrículas nesses cursos. (CASTRO; NETO, 2009, p.103-104). (PRETTO e RICCIO, 2010, p. 155)

Enquanto política pública, o governo vem envidando esforços para suprir as necessidades urgentes, e atender as exigências dos organismos internacionais, na tentativa de propor mudanças o MEC transfere a responsabilidade por meio da lei nº 11.502, de 2007 (BRASIL, 2007), passando à Capes a responsabilidade de implementar e operacionalizar as políticas de formação inicial e continuada, ressaltados por Geglio (2015):

A referida alteração nessa fundação, ligada ao Ministério da Educação (MEC), ocorreu fundamentalmente com a mudança da Lei n.º 8.405/1992 que trata da estrutura e das competências do órgão, e a Lei 11.273/2006, que autorizou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a conceder bolsas de estudo e de pesquisa para os programas de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. Dessa maneira, a Capes e o FNDE ganharam espaço como organismos que instituem, acompanham, avaliam e financiam a educação brasileira (DOURADO, 2008). (GEGLIO, 2015. p.233).

Com a alteração da Capes também veio o avanço com o aporte financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na concessão de bolsas de estudo e pesquisa para os programas de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Desafios presentes nos levam a refletir sobre a qualidade da educação que tem sido bandeira de movimentos sociais e sindicais, que lutam pela valorização profissional, sempre voltados em dois prismas dos cursos superiores na formação dos professores e da educação continuada como qualificação para seu desempenho no exercício profissional levado em conta as desigualdades socioculturais e os desafios futuros que se colocam na educação brasileira.

Formação continuada em ponta porã-ms, no ano de 2017

Ponta Porã é um município de médio porte do estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com o censo populacional de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), possuía uma população de 77.872 habitantes, dos quais cerca de 80% moravam na zona urbana. Com uma população estimada para 2017 de 89.592 pessoas.

Para esta pesquisa, foram realizadas entrevistas envolvendo onze professores efetivos alfabetizadores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I da rede municipal de ensino, com questões abertas. Os questionamentos foram voltados à participação, relato e avaliação do professor no(s) curso(s) de Formação continuada para professores no ano de 2017, associando o enfoque teórico a práxis docente.

As questões aplicadas aos professores participantes da pesquisa tiveram intuito de dar maior liberdade aos professores para apresentar como os mesmos percebem a contribuição dos cursos ofertados a sua formação e atendimento as questões vivenciadas na realidade escolar.

De acordo com o levantamento da pesquisa, foi identificado que no ano de 2017 foi ofertado somente o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). É um curso presencial ofertado aos professores alfabetizadores dos três primeiros anos do ensino fundamental I, considerado período de alfabetização. Porém, esta pesquisa abarca os cinco anos do ensino fundamental I, não sendo constatada formação continuada para os professores de 4º e 5º anos, existindo uma lacuna nos anos iniciais do ensino fundamental I na rede municipal.

O curso tem duração de 2 anos para os professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano. A metodologia do PNAIC é realizada por meio de estudos e atividades práticas, conduzidas por orientadores de estudo. Estes são professores das redes, que estão

fazendo um curso específico, com 200 horas de duração por ano, parceria com as universidades públicas federais, tais orientadores recebem uma bolsa de estudo.

O PNAIC vem com o objetivo de cumprir com o compromisso de alfabetizar as crianças até 8 anos de idade em todo território nacional, de valorização profissional por meio de formação continuada aos docentes e apoio pedagógico com disponibilidade de materiais didáticos (doação de livros de literatura infantil) para as crianças, interação docente e reflexão durante a execução do curso.

Assim, o curso oferecido em 2017 pela rede municipal, visou auxiliar na reflexão da prática docente, através de atividades propostas com sugestões de utilização de metodologias diferenciadas, bem como possibilitou pensar aulas de leitura por meio de livros de literatura infantil doados pelo governo. Tais metodologias estão voltadas para elevar o índice de desempenho acadêmico do aluno do 1º ao 3º ano do ensino fundamental I.

Caminhos abertos para formação docente: possibilidades a partir da realidade do professor

Com base nas questões realizadas é possível identificar, na visão dos professores, as principais dificuldades enfrentadas em sala de aula, os pontos positivos dos cursos realizados e as necessidades para melhoria das dificuldades, como está registrado no Quadro 1.

Quadro 1: principais dificuldades, pontos positivos e necessidades apontados pelos professores

1. Dificuldades	2. Pontos Positivos	3. Necessidades
Descendência Paraguaia	Dinâmicas, lúdico em sala de aula	Dar voz e vez aos professores desse território
Indisciplina, muita dificuldade na aprendizagem,	Troca de experiências	Valorizar esse aluno paraguaio, com políticas diferenciadas para esse recorte espacial, possivelmente resultaria em elevação nos índices de desempenho dos alunos
Diversidade existente com a presença de alunos paraguaios	Retirou dúvidas	Evidenciar essa diversidade existente nas salas de aulas
Falta de material adequado para as aulas	Norteia nas realizações de nossas atividades	Cursos de formação continuada devem vir de encontro com as necessidades e anseios dos
		profissionais locais

Conhecimentos aquém do esperado para o ano em que estão os (alunos)	Novas atividades e materiais novos	Se for aprendizagem: construir, criar, atividades com estes objetivos, construir com outros colegas um conjunto de estratégias e sempre de continuidade na resolução dos problemas.
Ausência dos pais na vida escolar		Maior contato com a família

Fonte: dados da pesquisa.

Embora educação e fronteira seja um tema que desperte diversas questões, as entrevistas evidenciam que apenas dois professores destacam a presença de alunos paraguaios como um desafio no processo de ensino-aprendizagem. Questões gerais como indisciplina, falta de material, falta de interesse e ausência dos pais predominam como dificuldades enfrentadas no dia a dia.

A elaboração e execução das formações continuadas atendem todo território nacional, de forma igualitária em seu conteúdo proposto. O município de Ponta Porã deveria ofertar formação continuada focada no contexto em que está inserida, porém, as atuais formações continuadas existentes são realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), elaboradas por profissionais da educação que desconhecem ou desconsideram as especificidades do contexto fronteiriço.

No Plano Municipal de Educação (PME) aprovado pela lei nº. 4.100, de 02 de junho de 2015, é alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e PEE, contempla os temas: Análise situacional/diagnóstico e Estratégias, que expressam a necessidade de estudar sobre a questão da fronteira e o reflexo e implicações que traz para a sala de aula, o multilinguismo. (PME, 2015):

É preciso pensar sempre na realidade local e, nesse sentido, a proposta deve ser direcionada para a reflexão em torno das questões de fronteira, identidade, identidade cultura e cultura fronteiriça. Assim, um programa em Educação deve contemplar uma linha de pesquisa específica para estudar esses aspectos, com reflexos diretos nas questões de sala de aula. Os dados levantados na região, além do conhecimento adquirido no contato com tal realidade apontam claramente necessidades que direcionam às seguintes linhas de pesquisa: - Educação e Fronteira: implicações para o ensino - Multilinguismo: implicações para o ensino. (PONTA PORÃ, 2015, p.113).

O PME estabelece e confirma a necessidade de contextualização da formação docente contemplando a especificidade da localização das escolas de fronteira. Entretanto, esta contextualização, de acordo com os entrevistados, não foi associada com a formação do PNAIC, durante a execução do curso em 2017.

Ao profissional de educação fronteiriço fica o desafio em relação à diversidade promovida pela presença de alunos paraguaios na sala de aula. Nesse sentido, a implantação de

cursos de formação continuada voltada para a demanda existente neste recorte espacial poderia contribuir com os desafios enfrentados por professores em sala de aula, uma vez que no contexto educacional existe um entrave na adaptação cultural e linguístico do aluno, necessitando de preparação do docente para acolher esse aluno estrangeiro.

Portanto, a pesquisa evidenciou duas lacunas importantes. Primeiro, a falta de curso de formação continuada para o 4º e 5º ano do ensino fundamental I. Segundo, o espaço em aberto para uma formação continuada que dê conta de auxiliar os professores em questões que envolvem a realidade local, uma vez que neste contexto educacional existe um entrave na adaptação cultural e linguístico do aluno, necessitando de preparação do docente para acolher esse aluno estrangeiro.

Os cursos de formação continuada devem vir de encontro com as necessidades e anseios dos profissionais locais. Diante das necessidades apontadas pelos professores, demonstra que a questão ainda está em aberto, seja pela ausência de cursos de formação continuada que atendam tal demanda, seja pelo fato de os professores serem escutados em relação aos desafios que enfrentam no dia a dia.

Considerações finais

Como se trata de uma cidade fronteiriça, há uma rotatividade de alunos nas escolas municipais e estaduais de Ponta Porã. Por conta disto, há uma dificuldade para continuidade e a assimilação dos conteúdos. Portanto, defendemos a ideia de que o projeto de formação continuada do docente nas escolas municipais é extremamente viável, pois atenderia a demanda de alunos que apresentam maior grau de dificuldade, visando sanar a problemática e ainda ofereceria ao docente uma condição de maior qualidade de ensino–aprendizagem, haja vista a condição de aperfeiçoar, seus conhecimentos por meio.

Todavia, na esfera municipal esse conteúdo não atende as especificidades e particularidades do espaço educacional fronteiriço. Necessita, portanto, de contextualização trazendo para a realidade local, estudos inerentes que contemplem os anseios e expectativas dos profissionais da educação nos desafios apresentados na sala de aula.

Cabe aos gestores públicos locais apresentar propostas de formação continuada, devido a ineficiência e insuficiência do curso PNAIC ofertado em 2017, uma vez que não atende à necessidade dos três primeiros anos e não abarca o 4º e 5º ano da rede municipal de ensino. Novas propostas devem ser apresentadas para elevar os baixos índices de desempenho

constantes no PME e atender a expectativa da demanda esperada pelos profissionais da educação do município.

Referências

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; Campos Freitas, Thaís; Freitas, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, mai./ago. 2010, v. 10, n. 30, p. 367-387.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 11.502. **Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007**. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nos 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Formação Continuada em Educação Especial: o Atendimento Educacional Especializado. **Poiésis**, Tubarão, Jan./Jun. 2011, v. 4, n. 7, p. 187-199,

GATTI, B.A. Formação de Professores: Condições e problemas Atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)**, Itapetininga, 2016, v. 1, n.2, p.161-171.

GEGLIO, Paulo César. Políticas públicas de formação continuada para professores: um estudo de cursos realizados a partir de propostas licitatórias. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Fundação Cesgranrio. Rio de Janeiro, jan-mar 2015, vol. 23, núm. 86, p. 231-257. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399538148010> > Acesso em 18 de maio de 2018.

PONTA PORÃ, MS. **Lei n.º 4.100, de 02 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação de Ponta Porã-MS e dá outras providências.

PRETTO, N. L; RICCIO, N. C. R. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais. **Educar**, Curitiba, Editora UFPR, maio/ago. 2010, n. 37, p. 153-169. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155015821010>> Acesso em 20 de maio de 2018.